



GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a

O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constituição Federal de 1988 trouxe como desdobramentos políticas específicas, principalmente no que diz respeito à assistência estatal nas áreas de educação, saúde, economia e regularização de terras. Tais direitos foram se consolidando através da ação desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicatórias trouxeram para o cenário político brasileiro as demandas de garantias de direitos específicos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresentação de pesquisas a atuação dos agentes sociais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, artesãos entre outros. As articulações e lutas pelo reconhecimento e por afirmação dos direitos conquistados e, ainda a fragilização e ameaças aos direitos conquistados no atual contexto sociopolítico brasileiro serão os objetos das discussões e reflexões desse GT. O objetivo é refletir e possibilitar discussões sobre as estratégias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirmação de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educação, saúde e a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

Quilombolas e árdua luta pela titulação de suas terras em Minas Gerais, um estado sem quilombos titulados

Autoria: Claudelir Correa Clemente

Apesar da significativa presença de comunidades rurais negras em todo estado de Minas Gerais, até o ano de 2018, não temos no estado mineiro quilombos titulados. Entre as comunidades quilombolas mineiras que se encontram em processo de titulação, temos o caso do quilombo da Família Teodoro de Oliveira e Ventura, habitantes da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Essa comunicação busca, através das experiências sociais dessa família quilombola, evidenciar alguns aspectos da realidade brasileira no final da década 2010, em especial aqueles que envolvem as populações negras e seus enfrentamentos com setores poderosos do mundo contemporâneo, a saber: as elites que defendem o capital rural, autoras da ação direta de inconstitucionalidade (ADI 3239) que buscou aniquilar o decreto presidencial 4887/03; e, os enfrentamentos com capital transnacional cuja perspectiva é ampliar seus poderes através da compra de terras brasileiras. A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é atualmente alvo da especulação do mercado de terras, devido à descoberta de metais raros e demais elementos químicos que fomentam o enriquecimento de mineradoras transnacionais, sendo que nessa localidade a Família Teodoro de Oliveira e Ventura é uma das principais frentes de oposição ao agronegócios e a exploração mineral. Ao longo da presente comunicação buscaremos destacar que as relações entre transnacionais e comunidades rurais



caracterizam-se pelo embate, entre formas de conhecimento e práticas espaciais distintas que operam sobre um mesmo território, revelando agenciamentos políticos e simbólicos que reconfiguram a experiência quilombola no estado Minas Gerais.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

